
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Fundadores e Administradores
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (a "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

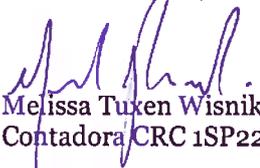
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de maio de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro

(Em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e Aplicações	4	3.438.778	2.395.817	Fornecedores	10	30.333	6.065
Contas a Receber	6	1.116	320	Impostos e Contribuições retidos na fonte e a recolher	11	4.815	41.930
Outros Créditos	7	53.109	45.655	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	208.206	175.742
Despesas Antecipadas	8	24.264	331.878	Adiantamentos de associados e outras organizações	13	2.942.452	2.753.535
		3.517.267	2.773.670			3.185.806	2.977.272
Não Circulante							
Fundo Patrimonial	5	2.042.009	1.806.654	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	9	263.434	274.992	Patrimônio Líquido	15	1.397.561	1.397.561
Intangível		1.132	1.557	Superávit Acumulado		1.240.475	482.040
		2.306.575	2.083.203			2.638.036	1.879.601
Total do Ativo		5.823.842	4.856.873	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.823.842	4.856.873

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Demonstração de Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas Operacionais			
Contribuições de Associados	17	2.327.272	2.225.953
Apoio Institucional	18	353.750	50.000
Receitas de Projetos, Cursos e Patrocínios	18	3.296.806	910.938
Outras Receitas Operacionais		13.080	34.437
Receitas de Gratuidade	22	<u>74.955</u>	<u> </u>
		<u>6.065.863</u>	<u>3.221.328</u>
Despesas Operacionais e Administrativas			
Despesa com Pessoal	19	(2.743.885)	(2.341.575)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(2.830.341)	(1.389.914)
Despesas de Gratuidade	22	<u>(74.955)</u>	<u> </u>
		<u>(5.649.181)</u>	<u>(3.731.489)</u>
(Déficit) / Superávit Operacional		<u>416.683</u>	<u>(510.161)</u>
Receitas Financeiras	21	414.548	306.330
Despesas Financeiras	21	<u>(72.795)</u>	<u>(57.435)</u>
Resultado Financeiro Líquido		<u>341.753</u>	<u>248.895</u>
(Déficit) / Superávit do Exercício		<u><u>758.435</u></u>	<u><u>(261.266)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em Reais)

	Patrimônio Líquido	Déficit ou Superávit Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2014	1.574.792	566.075	2.140.867
Déficit do Exercício	-	(261.266)	(261.266)
Absorção do déficit	(177.231)	177.231	-
Em 31 de dezembro de 2015	1.397.561	482.040	1.879.601
Superávit do Exercício	-	758.435	758.435
Em 31 de dezembro de 2016	1.397.561	1.240.475	2.638.036

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(Déficit) / Superávit do Exercício	758.435	(261.266)
Depreciação e Amortizações	<u>32.816</u>	<u>28.919</u>
(Déficit) / Superávit do Exercício Ajustado	<u>791.251</u>	<u>(232.347)</u>
(Aumento) / Diminuição no Ativo Circulante e Não Circulante		
Aplicação Fundo BIS	(212.403)	(179.343)
Contas a Receber	(796)	6.578
Outros Créditos	(7.453)	2.939
Despesas Antecipadas	254.754	(319.409)
Aumento / (Diminuição) no Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	24.268	(22.484)
Obrigações Fiscais a recolher	(37.115)	39.301
Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.464	20.562
Adiantamento de Associados	241.777	1.852.865
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais	<u>1.086.747</u>	<u>1.168.662</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Outros Investimentos	(235.355)	(179.777)
Aquisição de Bens do Imobilizado	<u>(20.834)</u>	<u>(15.302)</u>
Caixa Líquido (Consumido) pelas Atividades de Investimentos	(256.189)	(195.079)
Aumento / (Redução) de Caixa e Aplicações Financeiras	<u>830.558</u>	<u>973.583</u>
Caixa e Aplicações Financeiras no início do Exercício	2.216.474	1.242.891
Caixa e Aplicações Financeiras no fim do Exercício	<u>3.047.032</u>	<u>2.216.474</u>
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>830.558</u>	<u>973.583</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

1 Contexto Operacional

O GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“GIFE” ou “Entidade”), constituído em 26 de maio de 1995, é uma associação civil sem fins lucrativos, que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, as quais investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados.

Os recursos financeiros para manter a estrutura e atividades da organização advêm fundamentalmente das contribuições recebidas de associados, do resultado gerado pelos seus ativos financeiros, dos recursos financeiros captados por meio de patrocínios com fundações e outras organizações, além de receitas obtidas por meio de cursos do GIFE.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis de pequenas e médias empresas (CPC PMEs (R1)) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 05 de maio de 2017.

b. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de contas a receber, para contingências, na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Caixa e aplicações

Caixa e aplicações incluem bens numerários e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo, conforme nota explicativa 4.

b. Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; e, passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Entidade determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: aplicações financeiras.

(ii) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Entidade tem os seguintes empréstimos e recebíveis: contas a receber e outros créditos.

(iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas pela Entidade estão divulgadas na nota explicativa 9.

d. Redução ao Valor Recuperável (impairment)

(i) Ativos Financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Entidade não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos Não Financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a Empregados

A Entidade não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

f. Provisões e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Apuração do Resultado

As doações de associados sem destinação específica são reconhecidas como receita quando recebidas.

As doações e os patrocínios recebidos com destinação específica, vinculados à realização de atividades acordadas com os doadores, são reconhecidas ao resultado na medida da efetiva realização dos gastos nesses programas por se tratar de adiantamentos sujeitos à devolução no caso da não realização dos programas.

As contribuições associativas recebidas são reconhecidas no resultado do ano a que se referem.

As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestador de serviço e o GIFE, adotando o critério de competência.

h. Informações para efeito de comparabilidade

Foram efetuadas reclassificações de caixa e aplicações na demonstração dos fluxos de caixa a partir do exercício de 2016. Para fins de comparabilidade foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 179.343.

4 Caixa e Aplicações Financeiras

O caixa e as aplicações financeiras são constituídos conforme abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e banco conta movimento	11.873	10.195
Aplicações Financeiras (a)	3.035.159	2.206.279
Caixa e equivalentes de caixa	<u>3.047.032</u>	<u>2.216.474</u>
Projeto FUNDO BIS (b)	391.746	179.343
Caixa e Aplicações Financeiras	<u>3.438.778</u>	<u>2.395.817</u>

(a) Estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimentos renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú Unibanco S/A e Banco Bradesco S/A, com

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

tendência da variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB).

- (b) Saldo composto por aplicações das doações recebidas para o Projeto FUNDO BIS, em que o GIFE é depositário dos recursos, e, portanto, não beneficiário das doações. Estas (assim como a receita de juros delas provenientes) estão lançadas como Adiantamento de Associados e Outras Organizações, e serão destinadas a projetos a partir de 2017, dentro das regras de seleção a serem definidas pelo Comitê Executivo do FUNDO BIS, formado por várias organizações que fomentam a Cultura de Doação no Brasil. Estas aplicações correspondiam a R\$ 391.736 em 2016 (os demais R\$ 10 nesta rubrica referem-se a saldo em banco na conta movimento) e R\$ 179.193 em 2015 (R\$ 150 na conta movimento).

Este saldo contém ainda R\$ 1.032.984, aplicação dos recursos recebidos da União Europeia, como subvenção ao projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil. Este projeto, com duração de 3 anos, inicia-se em 2017. Estes recursos recebidos antecipadamente são previstos para serem utilizados no 1º ano do projeto.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Certificado de Depósitos Bancários	2.121.928	2.216.219
Cotas de fundos de investimentos	1.304.967	169.253
	<u>3.426.895</u>	<u>2.385.472</u>

5 Fundo Patrimonial

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operação Compromissada	627.573	568.693
Letras Financeiras	1.414.436	1.237.961
	<u>2.042.009</u>	<u>1.806.654</u>

Conforme definido no Estatuto, o GIFE constituiu um fundo patrimonial destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, sendo gerido de forma independente em relação ao custeio das operações ordinárias. O Fundo não poderá ser destinado a cobrir despesas ordinárias de custeio, salvo se precedido de autorização do Conselho de Governança que, todavia, não poderá autorizar o uso superior a 20% dos seus recursos no mesmo mandato.

O Fundo Patrimonial foi formado por contribuições específicas de associados e totalizava, em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$ 2.042.009 (R\$ 1.806.654 em 2015). É composto por Letras Financeiras junto ao Banco Bradesco S.A., remunerada a 101,7% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem liquidez e com vencimento em junho de 2017, e por operações compromissadas também no Banco Bradesco S.A, lastreada em debêntures, remunerada a 100,1% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez e com vencimento em maio de 2019.

6 Contas a Receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores a Receber de Associados e Outras Organizações	1.116	320

A Administração da Entidade não espera incorrer em perdas com estes recebíveis e por essa razão não efetuou o reconhecimento de provisão de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

7 Outros Créditos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos a recuperar	1.053	88
Adiantamento de Salários	8	7
Adiantamento de Férias	44.114	38.256
Adiantamento de Serviços	<u>7.934</u>	<u>7.304</u>
	<u>53.109</u>	<u>45.655</u>

8 Despesas Antecipadas

Em 2016, as despesas antecipadas no valor de R\$ 24.264 são compostas principalmente por adiantamento a fornecedores de projetos e iniciativas que serão realizadas ou lançadas em 2017, como o GIFE Memória (R\$ 13.800). Em 2015 as despesas antecipadas no valor de R\$ 331.878 são, principalmente, representadas por adiantamento a fornecedores de projetos e iniciativas que foram realizadas ou lançadas em 2016, como o Congresso GIFE 2016, pesquisa GVCES, publicação "Temas do Investimento Social – Alinhamento entre o Investimento Social e o Negócio" e "Indicadores de Governança". Neste montante ainda estão considerados R\$ 17.260, referentes a despesas antecipadas do projeto Fundo BIS.

9 Imobilizado

	Imobilizado Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Imóveis	419.085	(209.559)	209.526	226.289
Móveis e Utensílios	109.208	(95.946)	13.262	7.735
Equipamentos de Informática	188.993	(154.443)	34.550	32.570
Máquinas e Equipamentos	16.419	(13.273)	3.146	4.305
Instalações	<u>221.409</u>	<u>(218.459)</u>	<u>2.950</u>	<u>4.093</u>
	<u>955.114</u>	<u>(691.680)</u>	<u>263.434</u>	<u>274.992</u>
Movimentação do Imobilizado Custo		2015	Adições	2016
Imóveis		419.085	-	419.085
Móveis e Utensílios		102.186	7.022	109.208
Equipamentos de Informática		175.181	13.812	188.993
Máquinas e Equipamentos		16.419	-	16.419
Instalações		<u>221.409</u>	-	<u>221.409</u>
		<u>934.280</u>	<u>20.834</u>	<u>955.114</u>
Movimentação do Imobilizado Depreciação	Taxa de Depreciação	2015	Depreciação no exercício	2016
Imóveis	4%	(192.796)	(16.763)	(209.559)
Móveis e Utensílios	10%	(94.450)	(1.496)	(95.946)
Equipamentos de Informática	20%	(142.612)	(11.831)	(154.443)
Máquinas e Equipamentos	10%	(12.114)	(1.159)	(13.273)
Instalações	10%	<u>(217.316)</u>	<u>(1.143)</u>	<u>(218.459)</u>
		<u>(659.288)</u>	<u>(32.392)</u>	<u>(691.680)</u>

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
 (Em Reais)

10 Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	30.333	6.065
	<u>30.333</u>	<u>6.065</u>

Em 2016, o valor é composto pela provisão de fornecedores em dezembro/2017 pagos em janeiro/2017, sendo os principais a assessoria de relações governamentais (R\$ 11.350), despesas de viagem (R\$ 6.278) e cursos e treinamentos (R\$ 3.654). Em 2015, o valor era composto por serviços de honorários contábeis.

11 Impostos e Contribuições retidos na fonte e a recolher

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.366	39.374
Impostos e contribuições a recolher	2.449	2.556
	<u>4.815</u>	<u>41.930</u>

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo deverão apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Contudo, em consulta à sua assessoria jurídica, a Entidade entendeu que não deve recolher COFINS sobre suas Receitas Financeiras, pois a IN/RFB 404/2004, ao enquadrar entidades como o GIFE entre as sujeitas ao regime cumulativo da COFINS, permite que suas receitas financeiras não se enquadrem no conceito de receita tributável aplicável a COFINS, pois não estão sujeitas às regras do Decreto 8.426/2015, aplicáveis apenas às pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo da COFINS.

12 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FGTS a recolher	3	3
INSS s/ terceiros (cooperativa)	62	62
Férias a pagar	155.911	130.615
Encargos s/ férias (INSS e FGTS)	52.230	45.062
	<u>208.206</u>	<u>175.742</u>

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

13 Adiantamento de Associados e Outras Organizações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuição de Associados	1.035.791	1.043.782
Patrocínio do Congresso GIFE	-	800.000
Inscrições do Congresso GIFE	-	290.250
Inscrições da Pesquisa Salarial 2017	95.411	-
Patrocínio Pesquisa GVCES	-	250.000
Doações Projeto Fundo BIS (a)	391.746	196.603
Patrocínio Painel de Transparência	-	100.000
Patrocínio publicação Temas ISP	20.000	50.000
Patrocínio do Censo GIFE	45.000	22.900
Subvenção e patrocínio Projeto Sustentabilidade Econômica das OSCs (b)	1.133.997	-
Rede Temática de Leitura	190.507	-
Rede Temática de Políticas Públicas	7.000	-
Rede Temática de Garantia de Direitos	23.000	-
	<u>2.942.452</u>	<u>2.753.535</u>

Os saldos são representados por adiantamentos de contribuições associativas, patrocínio e inscrições. Estas últimas são referentes à Pesquisa Salarial GIFE 2017. Há ainda os patrocínios de outras iniciativas que serão lançadas em 2017, recebidos antecipadamente, como a publicação Temas do Investimento Social Privado e o CENSO GIFE 2016 (o saldo de 2015 era referente ao CENSO 2014 lançado em 2015, e foi utilizado para melhorias em 2016).

Em 2016, alguns associados adiantaram recursos para algumas redes temáticas do GIFE, que são ambientes de diálogo propostos e coordenados pelos associados GIFE, que realizam o aprofundamento de temáticas específicas do investimento social, a partir de sua atuação.

(a) O saldo de R\$ 391.746 refere-se a doações para o projeto Fundo BIS, o qual será operacionalizado a partir de 2017.

O Projeto FUNDO BIS visa apoiar iniciativas que contribuam para ampliar o volume de doações no país. A proposta surgiu de um grupo de organizações a partir da constatação de que há um volume ainda tímido de doações no Brasil.

A agenda da cultura da doação se tornou estratégica para o GIFE, assim como para seus associados, uma vez que há um potencial significativo de crescimento no volume de recursos filantrópicos disponível a partir da ampliação de doações de pessoas físicas.

Para concretizá-lo, o GIFE estimulará investidores sociais e interessados no tema a doarem parte de seus orçamentos para o Fundo. Para gerir e definir a alocação das verbas para projetos, há um comitê executivo composto de representantes de diversas organizações apoiadoras da iniciativa.

Os recursos não serão direcionados a projetos de organizações, mas financiará iniciativas que gerem benefícios coletivos para aperfeiçoar o ambiente para as doações no país. Entre as iniciativas a serem apoiadas estão:

1. Pesquisa e produção de dados
2. Comunicação e campanhas
3. Mudanças legais e regulatórias
4. Inovação

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

- (b) Por fim, o saldo de R\$ 1.133.997 é composto majoritariamente pela subvenção recebida antecipadamente da União Europeia, e conta também com juros das aplicações e patrocínio antecipado do Instituto C&A para o projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil, no montante de R\$ 100.000.

O projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil desdobra-se da estruturação da iniciativa de Advocacy, iniciada em 2016. A proposta é construir um ambiente legal, jurídico e institucional saudável para a atuação das organizações da sociedade civil (OSCs) no país, promovendo uma série de iniciativas cujo objetivo é o fortalecimento da capacidade institucional da sociedade civil por meio de alterações normativas e regulatórias que ampliem as condições para a sua sustentabilidade política e econômica.

O projeto está fundamentado em quatro temas centrais:

1. A implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;
2. Redução das barreiras tributárias às doações a organizações sem fins lucrativos reduzidas por meio de alterações na sistemática do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e nas demais obrigações acessórias que interferem na sua aplicação;
3. Criação de Regime de incentivos fiscais para doação de pessoas físicas às organizações da sociedade civil alterado de forma a permitir a doação direta a organizações sem fins lucrativos com possibilidade de direcionamento para ações institucionais e de longo prazo;
4. Criação da Figura jurídica dos fundos patrimoniais vinculados (endowments).

Com duração de 3 anos, o projeto conta com a subvenção financeira da União Europeia, tendo o GIFE sido contemplado pelo edital temático "Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais". Conta ainda com outros apoiadores, e é realizado em parceria com o Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

14 Provisão Para Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível.

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devam estar registrados ou divulgados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

15 Patrimônio Líquido

Representa o patrimônio líquido inicial da Entidade, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Em caso de dissolução, qualificada nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, o patrimônio líquido da Entidade deverá necessariamente ser destinado a outra instituição qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente com mesmo objeto social.

16 Imunidade de imposto de renda e isenção de contribuições sociais

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2016 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Sobre as receitas da Entidade provenientes de Contribuições Associativas, patrocínios e apoio institucional, não incidirá ISS, por não se tratar de prestação de serviços. O PIS é devido e recolhido na modalidade sobre a folha de pagamento na alíquota de 1%. O ISS e a COFINS são devidos e recolhidos sobre receitas provenientes de cursos. Desta forma os impostos de renúncia serão : COFINS de 7,6% sobre as receitas de atividades, 4% sobre as receitas financeiras e IRPJ e CSLL de 34% sobre o superávit do exercício, quando aplicável. O superávit em 2016 foi de R\$ 758.434.

Com base nos percentuais acima mencionados a renúncia fiscal no exercício de 2016 foi de R\$ 499.334 , sendo:

	Valores em R\$ - Não auditados	
	2016	2015
IRPJ	189.608	-
CSLL	68.259	-
COFINS s/Receitas da Atividade	224.885	223.249
COFINS s/Receitas Financeiras (a)	16.582	13.211
Total	499.334	236.460

- (a) Em consulta a assessoria jurídica do GIFE, a partir do mês 10/2015, a Entidade passou a não tributar a COFINS sobre as receitas financeiras.

Em 2015 a entidade apresentou déficit, sendo assim não seria aplicável a incidência de IRPJ e CSLL para divulgação.

17 Contribuições de Associados

Os valores das contribuições anuais dos associados ao GIFE são calculados de acordo com a Política de Contribuição Associativa, apresentada na Assembleia Geral Anual do GIFE de 2015.

Os valores das contribuições de associados, no exercício de 2016, alcançaram o saldo de R\$2.327.272 (R\$2.225.953 em 2015).

18 Receitas de Atividades

As receitas de atividades são compostas, substancialmente, pelas receitas de iniciativas, como Censo GIFE, Congresso GIFE (somente nos anos pares), cursos, patrocínios a projetos, além de outras doações.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

a. Natureza dos projetos, cursos, patrocínios e apoio institucional

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Congresso GIFE	2.671.454	-
Apoio Institucional	353.750	50.000
Pesquisa GVCES	250.000	-
Visões de Futuro	114.597	-
Painel de Transparência	100.000	-
Indicadores de Governança	60.000	-
Cursos	54.125	183.760
Investimento Social Familiar	23.730	50.000
Censo GIFE	22.900	377.100
Encontro CEOs	-	140.001
Pesquisa Salarial	-	100.077
Sinapse	-	60.000
	3.650.556	960.938

Abaixo destacamos os projetos desenvolvidos pelo GIFE em 2016 e 2015:

b. Congresso GIFE

A receita do Congresso GIFE, realizado a cada dois anos, é composta substancialmente pelas inscrições e pelos patrocínios. O objetivo desse evento é proporcionar um ambiente de reflexões e debate para o público dos associados e demais interessados no campo, além de ressaltar a importância da articulação entre diferentes instituições sociais, um dos grandes desafios para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

c. Apoio Institucional

A Entidade recebeu em 2016 R\$ 353.750 como Apoio Institucional, dos quais R\$ 350.000 para primeiro ano de operacionalização da área de Advocacy no GIFE. O Advocacy é uma das estratégias centrais do GIFE, ao lado de conhecimento, comunicação e articulação. Tem como objetivo fortalecer o sentido público do investimento social privado e procura, por meio de alterações normativas, ampliar as condições para a sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil. Essa frente de atuação promove debates públicos sobre os temas regulatórios e busca qualificar o posicionamento do GIFE perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

d. Pesquisa GVCES

Realizada junto à GVCES, trata-se de uma publicação construída em diálogo com associados e parceiros GIFE, que disponibiliza informações, reflexões, dados e casos práticos, para orientar a atuação dos associados no alinhamento entre o investimento social privado e o negócio. A publicação permite o acesso direto a essa temática e suas reflexões práticas. Iniciativa inédita no país, a publicação busca dar forma estratégica à tendência do alinhamento entre o investimento social privado e o negócio, observada e vivenciada por muitos associados GIFE, e disseminar o aprendizado de institutos e fundações empresariais com atuação nesse tema.

Este projeto pretende estimular uma comunicação mais aberta por parte dos investidores sociais e lançar luz para as formas construídas pelos associados GIFE para sua atuação no alinhamento entre o investimento social e o negócio. Seguindo os princípios da série Temas do Investimento Social Privado – Alinhamento ao Negócio, a publicação apresenta o conteúdo dessa temática em uma linguagem de fácil acesso e comunicação, que possa ser utilizada e apropriada por um público amplo.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

e. Visões de Futuro

O evento Visões de Futuro nasceu da necessidade que algumas organizações associadas identificaram de promover a discussão sobre a construção de planejamentos estratégicos, entre os principais executivos de institutos e fundações empresariais, em tempos de grandes ocorrências como as mudanças de comportamento da sociedade, evolução exponencial da tecnologia e do rápido e massivo alcance da comunicação.

O evento buscou inspirar e provocar nas instituições questionamentos trazidos por tendências mapeadas que influenciassem seus planejamentos estratégicos, não só para seu olhar externo, mas também para processos, culturas, indicadores nos ambientes internos de suas organizações.

f. Painel de Transparência

O Painel é uma ferramenta online que organiza e disponibiliza informações institucionais relevantes sobre as fundações e os institutos associados ao GIFE a partir de um grupo de indicadores. Este instrumento permite a qualquer um observar se a organização publica em seu site a informação sobre cada indicador e acessá-la por meio de link que direciona o usuário para o dado no site do associado.

A participação dos associados no Painel é voluntária: ou seja, cada organização participante autorizou a divulgação de seus dados. Ao aderir, os associados demonstram seu comprometimento com a melhoria de suas práticas de transparência, independentemente do estágio em que se encontram.

A plataforma online também reúne literatura sobre o tema já produzida pelo GIFE e por outras organizações de referência, bem como relatórios analíticos sobre os dados coletados, links para experiências internacionais semelhantes e guias orientadores.

O Painel GIFE de Transparência é um projeto em desenvolvimento. A perspectiva é de que o projeto se desenvolva em etapas e que os indicadores possam ser aprimorados a partir dos resultados alcançados e das análises e diálogos realizados, ou seja, da evolução do próprio tema.

Inspirada na experiência pioneira do GlassPockets – projeto de 2010 do Foundation Center (EUA) estruturado a partir de um movimento pela transparência nas fundações que remonta ao final da década de 1950 – essa iniciativa conta com o apoio do Instituto C&A.

g. Indicadores de Governança

Os indicadores selecionados foram construídos a partir de consulta à literatura sobre o tema e de pesquisa em referências de outras experiências internacionais concretas de painéis de transparência similares – que também envolvem seleção, pesquisa e publicação de indicadores de transparência entre fundações e institutos privados. A partir dos processos de consulta e debate, os indicadores foram sendo aprimorados até chegar em sua versão final. Acesse aqui a devolutiva sobre as contribuições recebidas na consulta pública.

h. Cursos

O curso Ferramentas de Gestão oferece instrumentos e ferramentas gerenciais para uma atuação social mais sólida e efetiva para as organizações da sociedade civil. Em 2016, o GIFE optou por diminuir os módulos oferecidos no curso Ferramentas de Gestão, para se dedicar à revisão estratégica de sua carteira de cursos.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

i. Investimento Social Familiar

O GIFE realizou em 2015 o projeto Investimento Social Familiar, pois entende que as famílias têm se tornado importantes agentes no campo, e vêm crescendo em número de organizações, atuação e valores investidos. Entre várias ações ao longo do ano, e com o objetivo de compreender o perfil e o desenvolvimento recente de fundações e institutos familiares no Brasil, o GIFE lançou a primeira pesquisa sobre o tema no contexto brasileiro. “Retratos do investimento social familiar no Brasil” busca identificar razões para o crescimento do número de investidores, além de instigar a compreensão das peculiaridades das organizações familiares. A iniciativa foi estendida para 2016, com a produção e distribuição de material ilustrativo sobre o tema.

j. Censo GIFE

O Censo GIFE é uma pesquisa realizada a cada dois anos, que tem como objetivo apresentar um amplo panorama do investimento social privado no Brasil, tendo como base a rede de organizações associadas ao GIFE. Para a elaboração desse estudo, o GIFE conta com o patrocínio de organizações associadas.

Trata-se da principal pesquisa sobre investimento social privado no Brasil. Ela é baseada no princípio de que ampliar o acesso a dados de qualidade influencia a eficiência, a importância e o impacto do investimento social privado.

Para isso, desde 2001, o Censo GIFE busca por informação confiável, abrangente e de qualidade sobre quanto e como se investe no Brasil e quem são as empresas, fundações e institutos de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem recursos privados em ações de finalidade pública, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Ao apresentar as principais tendências e mudanças na prática dos maiores investidores sociais privados do país, o Censo GIFE dá suporte ao planejamento e estruturação dos investidores e ao setor do investimento social e da sociedade civil como um todo.

Em agosto de 2016 o GIFE lançou o Keyfacts, um hotsite com os principais resultados do Censo, agregando também informações sobre as fundações dos EUA.

k. Encontro CEOs

O GIFE realizou em 2015 o encontro bienal que reúne as principais lideranças dos investidores sociais no Brasil, com enfoque em relacionamento e construção de confiança. Trata-se de uma oportunidade exclusiva de relacionamento entre os principais executivos e filantropos que investem no Brasil. Nesta 3ª edição, realizada no MAM (Museu de Arte Moderna de São Paulo), a Entidade comemorou seus 20 anos com o lançamento do filme “Em Movimento: 20 anos de Investimento Social no Brasil”.

Neste evento, houve também lançamento do projeto Fundo BIS, que será operacionalizado em 2016. Este projeto visa apoiar iniciativas que contribuam para ampliar o volume de doações no país, em linha com uma das agendas estratégicas do GIFE de ampliação da cultura de doação. Para concretizá-lo, o GIFE estimulará investidores sociais e interessados no tema a doarem parcela de seus orçamentos para o Fundo, e, para gerir e definir a alocação das verbas para projetos, será criado um comitê de investimento.

l. Pesquisa Salarial

O GIFE lançou em 2015 a terceira edição da pesquisa salarial, realizada a cada dois anos exclusivamente com investidores sociais. Com a participação de 17 fundações e institutos, a pesquisa trouxe dados sobre salário nominal, remuneração variável, política de benefícios e

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
 (Em Reais)

comentários gerais sobre política de remuneração. Conduzido por uma consultoria especializada em remuneração, o estudo é uma ferramenta estratégica de gestão de pessoas, apoiando a seleção e retenção de talentos.

Em 2016, a Entidade recebeu adiantamento de inscrições à Pesquisa Salarial 2017, conforme nota explicativa 13.

m. Sinapse

O GIFE desenvolveu em 2015 o Sinapse, um *hub* de conhecimento sobre investimento social eterceiro setor, pois entende que o acesso a dados e informações de qualidade sobre o campo social é fundamental para que investidores sociais se tornem melhores agentes de transformação. Ao reunir publicações relevantes em uma única plataforma, o GIFE busca facilitar o acesso ao material produzido pelo campo de forma gratuita e promover o compartilhamento de conhecimento entre investidores sociais e outros atores da sociedade civil.

O Sinapse é uma parceria com o *Foundation Center*, organização dos Estados Unidos que reúne o maior banco de dados global sobre filantropia. O projeto norte-americano é chamado de *IssueLab* e, assim como a união com o GIFE, esta conectado a outros *hubs* de conhecimento do mundo todo. A parceria com o *IssueLab* nos permite importar publicações sobre investimento social produzido em outros países e compartilhar as publicações brasileiras com outros *hubs*. A biblioteca virtual será alimentada inicialmente com publicações do GIFE, de seus associados e parceiros, estando aberta a receber sugestões para inclusão. O objetivo é que o Sinapse seja construído coletivamente pelo campo social, sendo de responsabilidade do GIFE a curadoria para garantir a qualidade e coerência do conjunto de publicações.

19 Despesa com Pessoal

	2016	2015
Salários, 13º Salário, Férias, Ajuda de Custo, Indenizações	(1.857.172)	(1.558.516)
INSS	(460.389)	(390.640)
FGTS	(144.436)	(150.139)
Benefícios	(263.834)	(225.925)
PIS Sobre Folha de Pagamento	(18.054)	(16.355)
	<u>(2.743.885)</u>	<u>(2.341.575)</u>

20 Despesas Gerais e Administrativas

	2016	2015
Suprimentos	(26.296)	(17.732)
Funcionamento	(151.135)	(137.691)
Terceiros	(226.744)	(182.998)
Iniciativas e Projetos	(2.370.718)	(1.000.877)
Outras Despesas Operacionais	(22.632)	(21.697)
Depreciações/Amortizações	(32.816)	(28.919)
	<u>(2.830.341)</u>	<u>(1.389.914)</u>

Conforme mencionado na nota explicativa 18, o Congresso GIFE só ocorre em anos pares, sendo o último deles no exercício de 2016. Dessa forma em comparação com 2015, os gastos com Iniciativas e Projetos em 2016 apresentaram-se superiores.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

21 Resultado Financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento do Fundo Patrimonial	235.185	179.777
Descontos Obtidos	1.788	-
Juros Ativos		112
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	175.652	122.715
Receitas Com Câmbio Financeiro	<u>1.923</u>	<u>3.726</u>
	414.548	306.330
Despesas Financeiras		
IR Sobre Aplicações Financeiras	<u>(34.978)</u>	<u>(22.049)</u>
Despesas Bancárias	<u>(18.242)</u>	<u>(8.974)</u>
Despesas Com Câmbio Financeiro	<u>(9.046)</u>	<u>(5.554)</u>
Outras Despesas Financeiras	<u>(10.529)</u>	<u>(20.858)</u>
	(72.795)	(57.435)
Resultado Financeiro Líquido	<u>341.753</u>	<u>248.895</u>

22 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou Pro-Bono

As gratuidades e trabalhos voluntários ou pro-bono identificados pela Administração como tendo sido prestados no exercício de 2016, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de "Receitas de Gratuidades", de "Custos com projetos" e "Despesas Gerais e Administrativas".

Descrição	2016
Conselheiros	9.955
Prestação de serviços	65.000
TOTAL	74.955

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o GIFE estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo dos serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações do GIFE.

O Administração passou a valorar as gratuidades a partir do exercício de 2016.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Notas explicativas da administração às
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

23 **Eventos Subsequentes**

Em março/2017, a Entidade recebeu R\$ 79.900 reais do Instituto C&A para apoio ao projeto SINAPSE, visando aprimorar a iniciativa descrita na nota explicativa 18 (m).

A Pesquisa Salarial descrita na nota explicativa 18 (l) recebeu recursos de inscrições realizadas de janeiro a abril de 2017, e também incorreu em despesas, concentradas na consultoria selecionada pelo Grupo de Trabalho formado por associados para conduzir a pesquisa.

* * *

José Marcelo Sallovitz Zacchi
Secretário Geral

Fernanda Natalino
Contadora CRC 1SP144709/O-3